



Poder Legislativo
Câmara de Vereadores do Município de Vilhena
Palácio Vereador Nadir Ereno Graebin
Gabinete da Presidência



CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA
DIRETORIA LEGISLATIVA

Data: 13 / 08 / 25
Hora: 9h46

Daniella Belli

Daniella Belli
Matrícula nº 400005

PROJETO DE LEI Nº 725, DE 13 DE AGOSTO DE 2025

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À ADULTIZAÇÃO PRECOCE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE VILHENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Prevenção e Combate à Adultização Precoce de crianças e adolescentes, com o objetivo de:

- I - conscientizar a população sobre os riscos da adultização precoce;
- II - promover a proteção integral da infância e adolescência ;
- III - fomentar práticas educativas e culturais que respeitem o desenvolvimento etário e emocional

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por adultização *precoce* a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos, comportamentos, estéticas ou pressões sociais incompatíveis com a sua faixa etária, capazes de gerar prejuízos à formação psicológica, emocional e social.

Art. 3º A execução desta Política se dará por meio da atuação intersetorial entre órgãos e entidades das áreas de educação, saúde, assistência social, cultura e demais setores pertinentes, priorizando ações de caráter educativo, informativo e preventivo, observada a competência de cada ente.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal de Prevenção e Combate à Adultização Precoce::

I - promover campanhas educativas periódicas, em parceria com órgãos públicos, entidades da sociedade civil e o Conselho Tutelar, voltadas à conscientização sobre os riscos da adultização precoce;

II - orientar pais, mães, responsáveis, educadores e cuidadores sobre as etapas do desenvolvimento infantil e a importância de respeitá-las;

III - estimular a criação e preservação de espaços, projetos e atividades que incentivem o brincar livre, o convívio comunitário e o desenvolvimento lúdico;

IV - promover, em parceria com entidades competentes, a capacitação de profissionais das redes de ensino, saúde e assistência social para identificar sinais e situações de adultização precoce;

V - incentivar veículos de comunicação e empresas de publicidade a adotarem práticas responsáveis nas campanhas direcionadas ao público infantil.



Art. 5º O Poder Executivo poderá, na forma da legislação vigente, celebrar parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, para viabilizar ações que atendam aos objetivos desta Lei, sem prejuízo das competências municipais já estabelecidas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vilhena, 13 de agosto de 2025.



DR. CELSO
Presidente da CVMV



Poder Legislativo
Câmara de Vereadores do Município de Vilhena
Palácio Vereador Nadir Ereno Graebin
Gabinete da Presidência



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa instituir, no âmbito do Município de Vilhena, a Política Municipal de Prevenção e Combate à Adultização Precoce de Crianças e Adolescentes, com a finalidade de conscientizar a população e promover ações de proteção integral à infância.

A adultização precoce consiste na exposição de crianças e adolescentes a conteúdos, comportamentos, estéticas e pressões sociais que não condizem com sua faixa etária, antecipando fases do desenvolvimento psicológico, emocional e social. Tal fenômeno tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente devido ao avanço das tecnologias de comunicação e à ampla presença das mídias digitais no cotidiano infantil.

Estudos apontam que a exposição precoce a padrões adultos pode gerar efeitos nocivos, como ansiedade, baixa autoestima, sexualização precoce, dificuldade de socialização e até comprometimento no rendimento escolar. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) alerta que a proteção das crianças contra influências nocivas da mídia e da publicidade é essencial para garantir seu pleno desenvolvimento (UNICEF, Relatório “O Estado Mundial da Infância”, 2021).

O projeto encontra respaldo na **Constituição Federal**, que no **artigo 227** estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, colocando-os a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Do mesmo modo, o **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990)** reforça, em seus artigos 4º e 5º, a prioridade absoluta na efetivação dos direitos da criança e do adolescente. e. em seu artigo 17. o direito ao respeito. à integridade física.



Poder Legislativo
Câmara de Vereadores do Município de Vilhena
Palácio Vereador Nadir Ereno Graebin
Gabinete da Presidência



psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade e dos valores próprios da infância.

A política proposta não implica aumento de despesas obrigatórias nem invade a esfera de competência privativa do Poder Executivo, uma vez que estabelece diretrizes e ações de natureza educativa, preventiva e de orientação, respeitando a autonomia administrativa dos órgãos públicos competentes.

Portanto, a aprovação deste Projeto de Lei representará um avanço significativo na proteção da infância em Vilhena, criando um ambiente social e cultural mais saudável, preservando as etapas do desenvolvimento infantil e garantindo que nossas crianças possam viver plenamente sua infância.



DR. CELSO
Presidente da CVMV